

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 21 | n° 354 | vol. 21 | 2023



Por uma agricultura sustentável no Brasil

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 21 | nº 354 | vol. 21 | 2023

Por uma agricultura sustentável no Brasil

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

Advogada, mestre em Ciências pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Direito pela PUC-SP e membro do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXI – Nº 354 – V. 21 – 2023

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pxhere

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Por uma agricultura sustentável no Brasil

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

RESUMO: O sistema alimentar globalizado abrange a agropecuária do modelo do agronegócio hegemônico no Brasil, subordinado ao ideário neoliberal, de globalização econômica, estabelecendo as regras comerciais e interferindo nas políticas públicas internas do país, como dominação colonial. Suas externalidades negativas socioambientais impedem o desenvolvimento sustentável e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU relacionados. É urgente promover uma agricultura sustentável, com respeito ao meio ambiente e à biodiversidade e capaz de abastecer o Brasil com alimentos saudáveis, como a agricultura familiar e a transição para a agroecologia.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças climáticas. Sistema Alimentar Globalizado. Agronegócio. Reforma Agrária. Agricultura Familiar.

For a sustainable agriculture in Brazil

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

ABSTRACT: The globalized food system encompasses farming under the hegemonic agribusiness model in Brazil, which is subordinate to the neoliberal ideology of economic globalization, establishing commercial rules and interfering in the country's internal public policies, like colonial domination. Its negative socio-environmental externalities prevent sustainable development and the fulfillment of the related UN Sustainable Development Goals. There is an urgent need to promote sustainable agriculture that respects the environment and biodiversity and is capable of supplying Brazil with healthy food, such as family farming and the transition to agroecology.

KEYWORDS: Climate changes. Globalized Food System. Agribusiness. Agrarian Reform. Family Farming.

Por uma agricultura sustentável no Brasil

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

Advogada, mestre em Ciências pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Direito pela PUC-SP e membro do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos

INTRODUÇÃO

Os frequentes fenômenos recentes que confirmam as mudanças do clima alertam os países para rever suas políticas relacionadas com a perda de biodiversidade, que vem ocorrendo da forma mais rápida da história da humanidade (Pnuma, Unep, 2021), cobrando ações imediatas e efetivas para limitar o aumento da temperatura global e evitar consequências piores (Niranjan, 2023).¹ A biodiversidade e os sistemas naturais

1 The Guardian, Ajit Niranjan. “‘Era of global boiling has arrived,’ says UN chief as July set to be hottest month on record”. A era do aquecimento global terminou e “chegou a era da ebulição global”, disse o secretário-geral da ONU, António Guterres: “ainda é possível limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C [acima dos níveis pré-industriais] e evitar o pior das alterações climáticas. Mas apenas com uma ação climática dramática e imediata.”). Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7s43jj>.

da Terra regulam o meio ambiente, mantêm o planeta habitável e contribuem para produzir alimentos, condicionando a saúde da terra e da humanidade de modo geral. O sistema alimentar globalizado é reconhecido como a causa principal da perda acelerada de biodiversidade e de destruição dos ecossistemas e *habitats*, ameaçando de forma mais intensa a capacidade de sustentar as populações humanas, a tornar necessária uma reforma urgente desse modo de produzir alimentos (Chatham House, 2021).²

A monocultura de exportação do agronegócio no Brasil com o uso intensivo de agrotóxicos e pecuária extensiva avançam sobre as fronteiras agrícolas, gerando desmatamentos, destruição de biomas, perda da biodiversidade e emissão de gases que concorrem para as mudanças do clima. Esse modelo integra o sistema alimentar globalizado, que dita as regras comerciais internacionais e interfere nas políticas internas dos países, sem solucionar o problema da fome, sistema liderado por corporações internacionais concentradas sob o ideário neoliberal e sob comando do capital financeiro internacional, sujeitando o Brasil a sua dominação colonial.

Meio século após a morte de Josué de Castro, ocorrida em 1973, seus estudos seguem atuais, desde sua afirmação feita em 1946 de que a fome era o problema ecológico número um até a constatação de que a geopolítica continua a limitar a solução da questão da fome e a preservação do meio ambiente. As regiões tropicais detêm a maior produtividade biológica do 2 O relatório *Food System Impacts on Biodiversity Loss: Three Levers for Food System Transformation in Support of Nature* propõe três ações interdependentes: mudar os padrões alimentares globais, proteger e reservar terra para a natureza e cultivá-la de forma mais amigável com a natureza e sustentando a biodiversidade Chatham House.

planeta, mas não apresentam a maior produtividade econômica, que se verifica nas regiões temperadas do Norte global, com alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo, pois a imposição às regiões tropicais de extrema especialização da monocultura e de dependência de alguns poucos cultivares torna seus agroecossistemas vulneráveis a pragas e a variações climáticas, que os torna extremamente dependentes de insumos externos, como adubos, agrotóxicos e energia importados de outras regiões (Porto-Gonçalves, 2004).

O objetivo deste trabalho é levantar as dificuldades para alcançar a sustentabilidade na agricultura do agronegócio industrial em comparação com as possibilidades oferecidas pela agricultura familiar e outros, com os instrumentos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) 2 – fome zero e agricultura sustentável, e 15 – vida terrestre (deter a perda de biodiversidade), ODS em sinergia, e o cumprimento dos princípios constitucionais relativos às políticas agrícola e fundiária e da reforma agrária.³

A agricultura sustentável pode ser definida como “aquela ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa” (*Tratado sobre agricultura sustentável*, 1992) (Leroy, 2001).⁴ Outra definição, da

3 A Agenda 2030 representa um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015 por 193 países membros, inclusive o Brasil, e é composta por 17 objetivos interconectados, visando superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados, para promover o crescimento sustentável global até 2030. Agricultura sustentável aparece junto com a erradicação da fome no ODS 2: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável!” (Jeferson Coutinho).

4 Foi formulada em reunião de organizações não governamentais e

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), abrange “fatores como conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, conservação ambiental e uso de técnicas apropriadas, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis” (UN Environment Program, 2021, p. 121).

Embora não sendo juridicamente vinculantes, os ODS oferecem “o mais importante arcabouço para a análise das infraestruturas das sociedades contemporâneas” (Abramovay, 2022, p. 17) para as ciências sociais diante da finitude dos recursos da natureza. O “crescimento” deixa de ser um fim econômico para ser um meio para alcançar um fim com *qualidade* de crescimento, numa convergência mundial de valores em atividades e empreendimentos, afastando a ideia de que a elevação do produto interno bruto (PIB) significa melhora de vida para toda a sociedade (Abramovay, 2022). Ressalvando o fato de ver contradições nas raízes dos ODS por serem criados no contexto do capitalismo, que visa o crescimento econômico, faltar uma agenda para suplantá-la e relativizar a capacidade de torná-los efetivos até 2030, Scarano (Scarano, 2019, p. 4) considera que eles são um “passo importante no sentido de propor uma projeção de futuro comum e desejado”. Enquanto se repensa o próprio paradigma econômico, que considera básico, e optar entre “crescer” ou “distribuir”, escolhe trabalhar com ODS que se encontram em sinergia (Scarano, 2019).⁵

organizações de trabalhadores rurais durante o Fórum Internacional durante a conferência ECO-92, p. 335.

5 Segundo Scarano (2019), o crescimento sustentável dificulta a realização dos demais que não estiverem em sinergia com ele, visto ser o crescimento econômico a causa mais intensa de destruição do meio ambiente e de injustiças socioambientais.

O AGRONEGÓCIO OU A AGRICULTURA INDUSTRIAL

Porto-Gonçalves (2004) diferencia a agricultura e o agronegócio de forma sintética: “cultura” está associada à distribuição da riqueza, no sentido forte da palavra (riqueza não significando dinheiro), e não necessariamente ao negócio. Daí, o contraste entre a agricultura e o agronegócio.

No século XX, a agricultura brasileira modernizada pode ser subdividida: a) de 1960 ao fim dos anos 1980, pela adoção do paradigma da “Revolução Verde”, criação dos complexos agroindustriais (CAI) e centralidade da atuação do Estado; b) a partir de 1990, com as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) no campo, houve a desregulamentação política e econômica (Frederico, 2013).

Algumas características do agronegócio, agricultura científica globalizada⁶ ou agroindústria merecem ser destacadas: a) a exacerbação da especialização das regiões na produção de *commodities* agrícolas; b) a liberalização dos mercados e o imperativo da exportação (superávits primários) e da circulação (mundialização do comércio); c) o desenvolvimento de novos sistemas técnicos agrícolas com grande conteúdo em ciência e informação, como a biotecnologia, a agricultura de precisão, o monitoramento de riscos climáticos e a criação de bancos de dados; d) uma maior produtividade em relação à superfície plantada; e) a continuidade

6 Conforme Frederico, agricultura científica globalizada, a nova forma de organização do agronegócio brasileiro, emergente na década de 1990, caracterizada pela incorporação de novas tecnologias da informação ao campo e pela menor intervenção estatal. É a transição de um período de forte intervenção estatal na agricultura, predominante desde a década de 1960, para uma maior regulação das empresas mundiais do comércio agrícola (*tradings*); e do uso mais intensivo dos insumos químicos, biológicos e mecânicos difundidos pelo paradigma da Revolução Verde.

da expansão da fronteira agrícola moderna e da concentração fundiária; f) a volatilidade dos preços das *commodities* decorrente das especulações financeiras (Herrerros, 2010); g) a função especializada das cidades locais e intermediárias para atender principalmente ao nexo produtivo do campo (Santos, 1994 *apud* Frederico, 2013; Elias, 2007 *apud* Frederico, 2013).

O agronegócio surgiu e seguiu em sentido contrário à política de desenvolvimento proposta pelo economista Celso Furtado nos anos 1960, cujas ideias continuam tendo seguidores. Entre estes, Sawaya (2020) analisa os elementos apontados por Furtado nos anos 60 e 70 que travam o desenvolvimento e que retornam de forma radical na atual estrutura primário-exportadora. O país subdesenvolvido não tem o controle sobre os nós de bloqueio da cadeia de valor que permita a criação do fluxo dinâmico, como no caso da produção de soja, por estar subordinado aos nós tecnológicos sob domínio transnacional na produção de máquinas, equipamentos e insumos, e na comercialização dos produtos nos mercados mundiais (Sawaya, 2020).

A análise de Furtado é atualmente defendida por grupos no exterior. Como exemplo, as propostas decoloniais⁷ apresentadas em Focus on the Global South, onde Walden Bello é copresidente, ao entender que uma maior integração global pelo comércio aumentou muito a desigualdade dentro dos países e propondo que sejam adotadas ações em direção de alternativas

7 Decoloniais são movimentos de decolonialidade, caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. O pensamento decolonial é alternativa para dar voz e visibilidade aos povos oprimidos que durante muito tempo foram silenciados, como projeto de libertação social, político, cultural e econômico para dar respeito e autonomia aos indivíduos, aos grupos e movimentos sociais. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwvmfv5t>.

diversas, incluindo desglobalização, decrescimento, ecofeminismo, marxismo emancipatório e “bem viver” (BELLO, 2020, p. 10). No caso, a desglobalização pretende direcionar a parte maior da produção agrícola do país para o consumo interno e garantir, assim, sua segurança alimentar, levando em conta que este fenômeno foi subvertido pelo sistema corporativo alimentar que se expande com o comércio internacional. (BELLO, 2020, p. 9).⁸

No aspecto ambiental, a crítica ao processo moderno de colonização agrário/agrícola registra o rompimento do equilíbrio hídrico, em especial nos biomas do Cerrado e da Amazônia, que são vizinhas e ecológicamente complementares (Porto-Gonçalves, 2004).⁹ A publicação *Contas econômicas ambientais da água: Brasil: 2018-2020*¹⁰ traz dados sobre estoques de recursos hídricos e a contribuição da água para as atividades econômicas e as famílias. Em 2020, para cada R\$ 1,00 gerado pela economia foram consumidos 6,2 litros de água. A agricultura representa mais da metade das retiradas de água para uso consuntivo.

8 Ideias semelhantes já eram defendidas por Santos (2000). Walden Flores Bello é autor de “*Deglobalization: Ideas for a New World Economy*”. Focus on the Global South: <https://focusweb.org/>. e “*Revisiting & Reclaiming Deglobalization*”. April 2019. Focus on the Global South.

9 As duas maiores áreas continentais alagadas de todo o planeta são vizinhas aos cerrados – o Pantanal brasileiro-boliviano-paraguaio e a área de cerca de 2 milhões de hectares do rio Araguaia, ambas ameaçadas por pressão para a construção de hidrovias e pelo agronegócio. Nos Cerrados nascem os mais importantes afluentes da margem direita do rio Amazonas (Madeira, Tapajós e Xingu), o Araguaia-Tocantins, os formadores do Paraguai, do Paraná, além do Orenoco e outros. “Guimarães Rosa chama ‘os gerais’ (os cerrados) de ‘caixa d’água’”.

10 IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, Agência Nacional de Águas, 2023, publicação digital: as retiradas de águas superficiais e subterrâneas por atividades econômicas para uso consuntivo totalizaram 71,2 mil hm³; atividade com a maior participação nessa retirada (58,2%) foi a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Por outro lado, o agronegócio depende estrutural e economicamente do uso intensivo de agrotóxicos, uma espécie de sua “infraestrutura”. Bombardi (2019) elaborou um extenso levantamento de dados sobre o uso dos agrotóxicos no Brasil com registro em mapas¹¹. Vale destacar aquele das substâncias químicas autorizadas para uso no Brasil, enquanto sua aplicação é proibida na União Europeia, embora exportando para o Brasil. A extensão dos monocultivos ocupando o total de área ocupada por determinada espécie no Brasil é comparada com a área de vários países pequenos da União Europeia.

Os dados apresentados revelam a falta de proteção necessária da saúde no Brasil diante das diminutas exigências para autorizações dos agrotóxicos para uso no país, porquanto aparecem diferenças percentuais excessivas referentes ao limite máximo de resíduo permitido no Brasil para determinada substância em comparação com a permissão pela legislação da União Europeia.¹² Aliás, na liberação de alguma dessas substâncias não se considera o efeito multiplicador de dano por conta da adição de mais substâncias no mesmo cultivo. Nem sequer a água potável escapa desse teto mais elevado, pois o herbicida glifosato ganha de longe, com autorização de quantidade 5 mil vezes maior do que a permitida na União Europeia (Bombardi, 2019).

A contaminação por agrotóxicos das águas dos rios

11 São mapas por regiões; biomas brasileiros, agrotóxicos mais vendidos; intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola; casos de trabalho análogo à escravidão no agronegócio e pulverização aérea de agrotóxicos por cultivos.

12 Permissão no Brasil, no caso do herbicida Atrazina, uma quantidade 5 vezes maior (uso na cana de açúcar, milho e sorgo); o inseticida e acaricida Acefato, substância 10 vezes maior (uso no melão) e 20 vezes maior (uso nos citros); a soja é acrescida também com a soma de herbicida 2,4-D, inseticida Acefato, e o temido Glifosato.

e do lençol freático tem afetado as espécies e o número de peixes e, com isso, causado prejuízos às populações ribeirinhas e à diversidade biológica e cultural (Porto-Gonçalves, 2004). O financiamento bancário incentiva o uso de agrotóxico ao integrar essas substâncias ao requisito do pacote tecnológico para a concessão de crédito rural (Lorenzi, 2018)¹³. É o conceito errado de produtividade para crédito rural, o valor básico do custeio (VBC), critério bastante criticado por Primavesi (1997).

Apesar de serem essas substâncias causadoras de graves impactos sobre a saúde das pessoas, em diferente intensidade e sobre o meio ambiente, benefícios fiscais são concedidos ao mercado de agrotóxicos, com redução de 60% da base de cálculo do ICMS, além da isenção total do IPI de determinados tipos de agrotóxicos, reduzindo a arrecadação tributária. Existem fortes críticas a respeito.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5.553, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016, questiona as cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Decreto nº 7.660/2011, por violarem vários artigos da Constituição Federal (CF). Organizações

13 “Quando um agricultor que não usa pesticida vai preencher os requisitos para o crédito, muitas vezes o sistema bancário não aceita, alegando que o pacote tecnológico não está sendo cumprido. Muitas vezes o agricultor é constrangido a aplicar o pacote tecnológico, que inclui o uso de agrotóxicos, para atender às exigências dos bancos”, afirma o secretário-executivo da Articulação Nacional de Agroecologia, Denis Monteiro. Segundo o levantamento do Banco Central, grandes bancos comerciais como Bradesco e Itaú não aparecem entre agentes repassadores destas linhas de crédito “verdes”. Os dois bancos privados não responderam à reportagem se ofertam crédito para agricultura orgânica, até o fechamento desta reportagem. Já Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Santander despontam entre os principais repassadores de crédito para a produção orgânica.

sociais também sublinham o impacto sobre a saúde e o meio ambiente. Importa destacar no voto do relator, ministro Edson Fachin, com base nos estudos apresentados no processo, a necessidade de aplicar o princípio da precaução para os agrotóxicos pelos riscos de uso e consumo dos produtos químicos ao meio ambiente e à saúde: “O uso de produtos nocivos ao meio ambiente ameaça não somente animais e plantas, mas com eles também a existência humana e, em especial, a das gerações posteriores, o que reforça a responsabilidade da coletividade e do Estado de proteger a natureza”.¹⁴

Devem ser ainda computados nas políticas públicas e nos tributos outros prejuízos causados pelos agrotóxicos. Um estudo revela: a) para cada US\$ 1,00 gasto com a compra de agrotóxicos no Paraná, estimam-se gastos de US\$ 1,28 no tratamento de intoxicações agudas, que ocorrem imediatamente após a aplicação da substância; b) aqui não se incluem os gastos com: saúde pública, decorrente da exposição constante aos venenos agrícolas, com o tratamento do câncer, por exemplo, ou da poluição ambiental; seguridade social, em decorrência do afastamento por doenças e morte de trabalhadores e populações contaminadas (Soares; Porto, 2012).

14 Há mais de 25 anos, o mercado de agrotóxicos tem isenção fiscal, pela aplicação do princípio da seletividade e essencialidade tributários. No voto do relator da ADI 5.553, as normas questionadas violam artigos da Constituição Federal; sugeriu providências para a cobrança de ICMS e IPI sobre importação, produção e comercialização de agrotóxicos; solicitou que órgãos do governo avaliem “a oportunidade e a viabilidade econômica, social e ambiental de utilizar o nível de toxicidade à saúde humana e o potencial de periculosidade ambiental, dentre outros, como critérios na fixação das alíquotas dos tributos” sobre os agrotóxicos, invocando também o princípio da precaução. O ministro Gilmar Mendes havia pedido vista em novembro de 2020; com novo pedido do ministro André Mendonça em 14/06/2023, o processo fica suspenso por 90 dias pelas regras do Regimento Interno e mantida ainda a isenção. Posição atual: relator Edson Fachin favorável à ADI e Gilmar Mendes contrário à ADI.

Em 2020, no julgamento de referendo a liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, o plenário do STF por unanimidade suspendeu dispositivos da Portaria n. 43/2020, do MAPA/Secretaria de Defesa Agropecuária, que liberava o registro tácito de agrotóxicos e fertilizantes sem a devida análise das autoridades responsáveis, por violar o princípio da precaução, em que argumentou: “Isso significa que, onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis, não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação ambiental” (RPA News, 7/6/2023).¹⁵

Bastante criticado é o impacto mais danoso dos agrotóxicos sobre a saúde e o meio ambiente quando aplicado por meio de pulverização aérea por causa da deriva, desvio causado pelo vento, e por faltar controle efetivo sobre a pulverização aérea. Foi constatado que inexistente garantia de controle maior sobre a deriva de agrotóxicos quando pulverizados por *drones* e que, independentemente do instrumento utilizado, a pulverização aérea causa impacto sobre o meio ambiente e os 15 Liminar na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental nº 656 e 658/STF. Os dispositivos suspensos fixavam: prazo de 180 dias para a Secretaria de Defesa Agropecuária se manifestar sobre o registro de fertilizantes e prazo de 60 dias para agrotóxicos. Faltando manifestação conclusiva, haveria a aprovação instantânea. O foco da decisão foi a saúde ambiental. Acompanhando o voto do relator ministro Ricardo Lewandowski, o colegiado considerou inaceitável que uma norma de hierarquia inferior admita a liberação tácita do registro de uma substância química ou agrotóxica sem examinar, com rigor, os requisitos básicos de segurança para sua utilização por seres humanos. Estudos científicos apresentados indicaram que o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu quase 200%, entre 2000 e 2010, em comparação com 100% no restante do mundo, e que o glifosato, agrotóxico mais vendido no Brasil, é altamente cancerígeno e é banido em países europeus. A portaria ministerial, justificando regulamentar o exercício de atividade econômica relacionada a agrotóxicos e incrementar a liberdade econômica, feriu direitos fundamentais concernentes à saúde ambiental.

seres vivos, podendo alcançar até 32 km do ponto de aplicação (Lopes-Ferreira *et al.*, 2023).

O SISTEMA ALIMENTAR GLOBALIZADO

Com o fim da segunda guerra mundial, que destruiu os sistemas de produção e distribuição de alimentos, seguido pelo rompimento das alianças e pela Guerra Fria, as potências vencedoras ocidentais buscaram uma justificativa técnica para a fome que assolava os países para neutralizar a polarização ideológica associada à sua origem, persistência e formas de solução (Porto-Gonçalves, 2004).¹⁶ Nascia no Norte Global, nos Estados Unidos, a ideia de uma agricultura no modelo de agronegócio, implantado primeiro naquele país pelo governo e corporações; depois, sua adoção passou a ser trabalhada junto aos países subdesenvolvidos. Foi o mesmo modelo transplantado para o Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, pelos governos militares e com o apoio de entidades da agricultura patronal. Foi imposto ao Brasil o mesmo padrão de desenvolvimento econômico de regiões temperadas, com alto custo ecológico, cultural e político, por faltar cuidado com as diferenças climáticas de nosso clima tropical e as características de nossos biomas (Pompeia, 2021; Porto-Gonçalves, 2004).

Em 1966, o governo Castello Branco criou o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes (FUN-FERTIL), que subsidiava a aquisição de fertilizantes nas compras a prazo, com absorção dos juros pelo gover-

16 Após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista de 1949, em confronto com a imagem da grande marcha de camponeses lutando contra a fome portando bandeiras vermelhas, a política adotou o nome “Revolução Verde” ao conjunto de transformações nas relações de poder atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico.

no federal (decretos nº 58.193/1966 e nº 58.664/1966) (IEA, 1972). A partir da década de 1950, houve um crescimento significativo do consumo de fertilizantes no Brasil (Gonçalves, 1999).¹⁷ No governo Costa e Silva, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (triênio 1968-1970) inseriu grande parte da proposta do presidente dos EUA, acolhida pelos países participantes do encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA), incluindo o Brasil, para adotar, no país, o modelo do agronegócio na agricultura. Contemplava, entre outras, a distribuição de grandes extensões de terra no Centro-oeste para pessoas economicamente situadas, para exercer a monocultura. Mediante incentivos fiscais do nosso governo, corporações norte-americanas e outras vieram transferir unidades industriais em funções a montante da agricultura (Pompeia, 2021).¹⁸ O governo inverteu, assim, uma tendência anterior do fim dos anos 1950 e início da década seguinte, que defendia uma reforma agrária e desenvolvia uma agricultura inclusiva, decidindo por uma contrarreforma agrária chamada colonização, segundo Porto-Gonçalves (2004). Trata-se de uma injustiça ambiental de fundo dominando a geopolítica mundial relativa à fome e

17 Em 1974, já era implantado o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcáreo Agrícola (PNFCA), visando triplicar a capacidade de produção nacional. Além das empresas privadas nacionais e multinacionais, também estatais do complexo petroquímico ingressaram na produção de fertilizantes, dominando o processo de algumas matérias-primas como os nitrogenados (Kageyama *et al.*, 1990 *apud* Gonçalves, 1999). A partir de 1990, com a privatização das empresas estatais Ultrafertil e Fosfertil, a indústria de fertilizantes brasileira sofreu forte processo de fusões e aquisições. Atualmente, os grupos transnacionais Bunge, Yara e Mosaic regulam praticamente todo o mercado nacional, com forte influência na determinação dos preços (Saab; Paula, 2008 *apud* Frederico, 2013).

18 Alysson Paolinelli, secretário de agricultura de Minas Gerais e depois ministro da agricultura, fez vários contatos com o Agribusiness Council e com o secretário de agricultura dos EUA para obter investimentos em tecnologia e capital para a agricultura brasileira. Propôs para a John Deere a instalação de uma fábrica no Brasil (Pompeia, 2021).

ao meio ambiente. Na fase inicial, a agricultura visava fornecer a matéria-prima necessária à industrialização, alimentar a população urbana crescente e diversificar as exportações, gerando as divisas necessárias para a importação de bens de capital (Kageyama *et al.* 1990 *apud* Frederico, 2013; Mazzali, 2000 *apud* Frederico, 2013; Silva, 1980 *apud* Frederico, 2013; Delgado, 1985 *apud* Frederico, 2013).

Mais adiante, a agricultura do agronegócio foi sendo submetida à dependência de grandes corporações mundiais (Pompeia) e os investimentos oficiais para pesquisas agronômicas foram concentrados em produtos exportáveis (Gonçalves, 1999).

Desde meados dos anos 1980, a crise fiscal do Estado brasileiro – no contexto da liberalização econômica, inovação tecnológica e mundialização espacial da produção – contribuiu para desregular a agricultura. A mundialização da produção tornou o “mundo” um parceiro inconstante e pouco confiável dos produtores (Castillo; Frederico, 2010 *apud* Frederico, 2013), que se defrontam, segundo Santos (2000), com um mercado longínquo, de certa maneira abstrato, uma concorrência invisível e preços internacionais sobre os quais não há nenhum controle local. O papel forte do Estado foi sendo assumido pelas grandes empresas, conhecidas também como *tradings*. A organização destas em nível mundial criou uma rede complexa de comércio internacional de produtos agrícolas absorvido sob o oligopólio de *traders* (intermediários) que controlam o sistema de grãos no planeta. Também o estabelecimento de parcerias com empresas controlando a logística de escoamento dos grãos numa das principais formas de regulação da produção, as inovações tecnológicas nas

diversas etapas da produção, nos portos exportadores/importadores e centros consumidores (Frederico, 2013). Relatório da Oxfam aponta quatro gigantes corporativos que controlam até 90% desse comércio global¹⁹, levando à financeirização do comércio de *commodities* e da produção agrícola. A concentração de *traders* em grupos financeiros torna vantajoso o aumento do preço dos produtos e serviços que oferecem obtendo mais dividendos e a oligopolização afasta os riscos da concorrência no mercado (Murphy *et al.*, 2012).

Os *traders* são beneficiados também pelo rentismo improdutivo com a falta de racionalidade técnica na subutilização real de áreas utilizadas para a pecuária extensiva no Brasil, que gera pouco emprego e contraria técnicas modernas que permitiriam manter o gado semiconfinado (Dowbor, 2022, p. 103). Por outro lado, produtores e regiões produtoras estão sujeitos à volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas, decorrente da especulação financeira. Desde a década de 1990, com as novas tecnologias da informação e da comunicação e com a desregulamentação dos mercados futuros, as *commodities* agrícolas tornaram-se uma das mais lucrativas aplicações dos fundos de investimentos (Herreros *et al.*, 2010 *apud* Frederico, 2013).

O “sistema alimentar globalizado” integra uma cadeia mercantil excessivamente complexa, sem transparência, interligada e verticalizada, do controle corporativo desde o plantio até a comercialização. Conforme Oliveira (2012, p. 6),

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado passou a estruturar-se sobre três pilares: a produção de *commodities*, as

19 Archer Daniels Midland (ADM), Bung, Cargill e Louis Dreyfus (as chamadas “companhias ABCD”).

bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção de agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida.

Por sua vez, *commodities* “são produto de monoculturas tóxicas cultivadas em grandes propriedades, voltadas para os mercados globais e controladas por uma complexa cadeia corporativo-financeira extremamente concentrada” (Marques, 2023, p. 101). Essa rede abrange todo o complexo de atividade econômica, da agroquímica e da bioengenharia (sementes, agrotóxicos, fertilizantes industriais) ao maquinário, à comercialização, ao transporte, ao (ultra)processamento industrial e, por fim, ao estabelecimento do sistema de preços, onde a especulação financeira na *Chicago Mercantile Exchange* tem um papel crescente (Marques, 2023, p. 101-102).

Esse sistema não busca produzir alimentos, nem os concebe como um direito humano elementar e nem busca segurança, qualidade e diversidade nutricional em seus produtos. Ocorreu uma grave transição da noção de segurança alimentar, que deixa de ser um direito e passa a ser uma variável do poder aquisitivo: a transição do conceito de alimento para o de *commodity*. Em 1986, o Banco Mundial redefiniu o conceito de segurança alimentar para capacidade de adquirir alimentos (*the ability to purchase food*), rompendo com o conceito do direito à alimentação do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz

de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, e, especialmente, a alimentação...” (DUDH, 1948, p. 6). O departamento de agricultura dos EUA mercantilizou o conceito de segurança alimentar mudando para *commodity*, e declarou que o fornecimento do alimento funciona melhor quando regulado pelo mercado mundial. A mudança foi institucionalizada na metade dos anos 1990, quando 123 países firmaram o *Agreement on Agriculture*, um protocolo da OMC que consagrava o “livre comércio” como imprescindível à obtenção de segurança alimentar. Desta forma, estava aberto o caminho para o controle absoluto do sistema alimentar pela rede corporativa, afirma Marques (2023).²⁰ Segundo o relatório da *The Lancet Commission*, o sistema alimentar globalizado está adoecendo a humanidade com as variadas formas de má desnutrição, incluindo obesidade, subnutrição e outros riscos dietéticos (MARQUES, 2023, p. 101).²¹

Essas corporações visando cada vez mais lucro não têm como prioridade seguir as diretrizes internas de nossa Política Nacional de Mudança do Clima e nem de nossa Política Nacional do Meio Ambiente, que o Brasil deveria fazer cumprir, por conta de seus biomas protegidos e da biodiversidade mais rica do planeta. Os princípios elencados na Lei nº 12.187/2009, da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, não têm real significado para muitos representantes do modelo

20 Como exemplo, atualmente quatro megacorporações, Bayer, Corteva, ChemChina-Syngenta e Limagrain, controlam mais de 50% da oferta de sementes no mundo todo (cf. Charlie Shield, “Seed Monopolies: Who Controls the World’s Food Supply?”, *Deutsche Welle*, 8 abr 2021 *apud* Marques, 2023, p. 102).

21 *The Lancet*, v. 393, n. 10.173, fev. 2019 *apud* Marques (2023, p. 101).

agroindustrial. Na execução da Política, as ações e as medidas adotadas devem levar em conta o cumprimento dos objetivos²², onde o desenvolvimento sustentável é condição essencial para o enfrentamento das alterações climáticas e deve conciliar o atendimento às necessidades das populações e comunidades (individuais e comuns) no território nacional. Em acréscimo, as ações de âmbito nacional devem estar integradas com as ações nos âmbitos estadual e municipal por entidades públicas e privadas.

A FOME NO CONTEXTO NACIONAL E GLOBAL

O Brasil exporta uma enorme quantidade de grãos que resulta em lucro concentrado em benefício de poucos grupos, fato que torna difícil justificar politicamente a fome em parcela grande da população no país. A tendência dos atuais dados do Mapa da Fome no Brasil é apresentada por Marques (2023, p. 145). Até 2014, diminuiu a insegurança alimentar em face do Programa da Bolsa Família, do crescimento real do salário-mínimo (71,5%) e a merenda escolar para 43 milhões de crianças e adolescentes. Entre 2001 e 2014, a pobreza diminuiu em 75%.

Essa tendência reverteu-se com a crise econômica de 2014 e com a mudança nas políticas públicas no governo Bolsonaro. A fome foi se espalhando pelo país, agravada, em parte, pela pandemia e pelo aumento de produção de milho e de soja para exportação e para ra-

22 “IV - o desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional; V - as ações de âmbito nacional para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas”.

ção animal, representando 80% de todos os grãos produzidos no país.²³ Em dezembro de 2020, 116,8 milhões de pessoas (55,2% da população total) sofriam algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave).²⁴ Em 2021, 125,2 milhões de residentes em domicílios com insegurança alimentar²⁵ e 33 milhões de pessoas em situação de fome (insegurança alimentar grave); nos domicílios rurais houve uma maior desigualdade de acesso aos alimentos, 18,6% dos quais enfrentando fome diária.²⁶

Responsável pela criação da FAO²⁷ (1945), Josué de Castro empenhou-se em analisar o fenômeno da fome a partir de uma perspectiva ecológica – biológica, social, cultural e política – e como um problema nacional e mundial. Dizia: “Poucos fenômenos têm interferido tão intensamente na conduta política dos povos como o fenômeno alimentar, com a trágica necessidade de comer; daí, a viva e crua realidade de uma Geopolítica da Fome” (Castro, 1961, p. 27 *apud* Oliveira, 2013, p. 10). Estamos nas mesmas condições que Castro denunciava: a questão geopolítica relacionada com a fome e a degradação do meio ambiente (Porto-Gonçalves, 2004).

Porto-Gonçalves (2004) aponta as consequências socioambientais do atual modelo agrário/agrícola e os resultados contraditórios entre o aumento da capacidade mundial de produção de alimentos e o aumento da fome no mundo. No debate globalizado sobre o

23 Paulo Petersen, da Articulação Nacional de Agroecologia, e da AP-TA *apud* Marques, 2023, p. 146.

24 Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (*apud* Marques, p. 146).

25 Rede Penssan *apud* Marques, 2023, p. 146.

26 Itens “h” e “i”: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Penssan, *apud* Marques, 2023, p. 146.

27 Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

tema, os segmentos sociais de populações indígenas, afrodescendentes e camponesas, mais do que outros grupos, têm conseguido mostrar que suas práticas culturais específicas, quanto ao uso da terra e ao consumo de alimentos, são as mais condizentes com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta e devem ser respeitadas como tais.²⁸

A crise global da fome deve ser enfrentada sob uma perspectiva geopolítica reconhecendo as suas causas nas deficiências do próprio sistema alimentar globalizado. “Para resolver a crise global da fome, é essencial transformar fundamentalmente nossos sistemas alimentares no interesse das pessoas e do planeta” é o título da “Declaração da Resposta Autônoma dos Povos à Cúpula da ONU sobre Sistemas Alimentares+2”, de 20/07/2023. Em âmbito mundial, os segmentos sociais, os povos indígenas e as organizações da sociedade civil pleiteiam junto à Cúpula (UNFSS+2)²⁹ mudar os sistemas alimentares e fortalecer o caráter democrático e multilateral da ONU diante do avanço no organismo do poder corporativo a pretender manter os sistemas alimentares industriais afrontando as mudanças na luta pela agroecologia, biodiversidade, entre outros, rumo à soberania alimentar.³⁰

28 Porto-Gonçalves (2004) analisa o reconhecimento da soberania dos Estados para regular o acesso aos recursos genéticos pela Convenção sobre Diversidade Biológica como uma estratégia para transferir aos Estados nacionais a responsabilidade e o ônus de enfrentar esses segmentos sociais tradicionais, com a possibilidade de novos conflitos.

29 Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (UNFSS). Walden Flores Bello, citado, integra este movimento que requer mudanças no sistema alimentar globalizado. A UNFSS não conseguiu fazer cumprir os direitos humanos e minou conquistas de uma governança alimentar global mais democrática, como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) da ONU e sua face política, o Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE).

30 Fim da Declaração: “nesses tempos de crises múltiplas e interligadas, é mais urgente do que nunca que os governos e as Nações Unidas ouçam as

O mercado internacional de produtos agrícolas não ultrapassa 14% do total do consumo mundial, segundo a FAO (Mazoyer, 2003 *apud* Porto-Gonçalves, 2004). Em vez de priorizar as *commodities* pelo processo de globalização, é no plano nacional que o problema da fome e da alimentação pode ser resolvido, embora seja útil a articulação do plano nacional com o mundial (Porto-Gonçalves, 2004).

O ACESSO À TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

Comparato (2001 *apud* Benites; Trentini, 2019, p. 12) afirma que o acesso à terra é a base para outros direitos:

A consolidação dos direitos dos povos sobre o meio ambiente, a alimentação adequada, o trabalho e a moradia, somente são plenamente possíveis a partir do acesso à terra e a possibilidade de utilizá-la para cultivo e produção de alimentos, pois esta é sinônimo de sobrevivência, não somente porque oferece subsídios para matar fome ou a água que se bebe, mas também por dar sentido ao viver humano, a partir do trabalho em conjunto com outros sujeitos em prol do bem comum.

Em nível mundial, Miloon Kothari, relator especial da ONU para moradia adequada, relaciona as dificuldades para concretizar esse direito com o fato de se considerar a moradia, a terra e a propriedade como produtos de comércio, e não como direitos humanos. A falta de reconhecimento legal do direito à terra contribui para a fome e a insegurança alimentar, ou a pobreza dos grupos mais afetados e apoiem suas demandas e esforços para uma transformação genuína dos sistemas alimentares em favor das pessoas e do planeta, com base no respeito a todos os direitos humanos e no avanço da agroecologia, da soberania alimentar, da biodiversidade, da justiça e diversidade de gênero, da ação dos jovens, da justiça climática, da justiça econômica e social, em todas as dimensões dos sistemas alimentares”.

za extrema, pois a terra constitui o principal ativo que possibilita aos pobres das zonas rurais assegurar a subsistência. Na maioria, as migrações do campo para a cidade não são voluntárias; as causas são, entre outras, a falta de reforma agrária ou de infraestruturas rurais, a carência de terra, a insegurança da posse da terra e a utilização para outros fins (Kothari, 2008).

Santos (2007, p. 53-54) também defendia a reforma agrária no regime capitalista para solução da questão fundiária:

A sua necessidade é reconhecida e mesmo instituições internacionais que defendem o capitalismo em qualquer circunstância recomendam-na, como, por exemplo, o Banco Mundial. Todavia, entre os capitalistas brasileiros, uma parcela importante nem enxerga o lado econômico da questão, pois a reforma agrária iria ajudar a própria modernização do capitalismo. [...] outros por mal-entendida solidariedade com o credo capitalista, opõem-se a qualquer movimento no sentido de repartir as terras excedentes e entregá-las aos milhares de camponeses sem-terra que não pedem outra coisa senão o direito a trabalhar. [...] o governo se mostra incapaz de implementar até mesmo a sua tímida proposta, enquanto, em todos os Estados, conflitos violentos revelam a extensão e a profundidade do problema, e a urgência de lhe encontrar uma solução.

O Atlas do Agronegócio (2018) apresenta a posição de 5º lugar do Brasil no *ranking* de países com desigualdade ao acesso à terra, com 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades com área superior a mil hectares, num total de apenas 0.91% de imóveis rurais. Se formasse um país, a soma dos latifúndios brasileiros comporia o 12º território do planeta com 2,3 milhões

de km² (quase um terço de todo o território do Brasil de 8,5 milhões de km²). Com base no Mapa do Atlas da Agropecuária Brasileira/ImaFlora/GeoLab, os estados brasileiros com maior concentração de grandes propriedades (mais de 15 módulos fiscais), no total de terras privadas de cada estado, são: Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (respectivamente 83%, 68,7%, 56,4%, 55%; 44,3% e 35,7%, para o total nacional de 55,3%) (Atlas do Agronegócio, 2018).

Os 66 mil imóveis declarados como grande propriedade improdutiva, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares (= 1,75 milhões de km²), representando 20,5% do território do país, que poderia suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos mais de 809 mil produtores rurais sem-terra (Atlas do Agronegócio, 2018). Os dados são parecidos ao cálculo feito por Dowbor (com base em dados do Censo Agropecuário de 2017) sobre a existência aproximada de 160 milhões de hectares de solo agrícola subutilizado ou sem uso e a necessidade de definir melhor o critério de produtividade, a enriquecer o debate sobre o limite entre terra produtiva/improdutiva e a pressão pela reforma agrária no país (Dowbor, 2022).³¹

31 Os dados sobre a subutilização de grandes áreas têm confirmação na notícia de 24/08/2023: “a captação para o maior programa de produção sustentável de alimentos do planeta, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) prevê a intensificação da produção livre de desmatamento, pela conversão de pastagens de baixa produtividade, com sequestro de carbono já nos primeiros anos de possível parceria entre Banco do Brasil e Banco Mundial, para conceder investimentos para o Mapa [...] O Brasil poderá dobrar a sua área de produção, pela conversão de até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade e com aptidão para a agricultura, sem avançar no território preservado do país, livre de desmatamento, e com práticas que prezam a diminuição da emissão de carbono na atmosfera, contribuindo para a segurança alimentar e climática do planeta”. Disponível em: <https://tinyurl.com/23k5xd6u>.

O processo da ocupação e do uso da terra no Brasil está mais acelerado e vem progressivamente se integrando às cadeias globais de valor, muitas vezes em associação ao capital transnacional. Oito grandes corporações exploram o mercado de terras para a produção de *commodities* e para a especulação financeira. O avanço na expansão da fronteira agrícola ocorre especialmente com o plantio da monocultura da soja no Cerrado, o bioma com os maiores índices de desmatamento no Brasil.³² Estima-se que 52% do Cerrado já tenha sido degradado ou sofrido perda irreversível. A concentração de terras em grandes propriedades é característica da região Centro-oeste. Com apenas 10% de área protegida, o Matopiba tem 57% dos imóveis rurais nas mãos de grandes proprietários.³³ Pela tendência de concentração de terras e de capital no modelo agropecuário brasileiro, quanto menos terras disponíveis, maior a tensão pela ocupação das áreas restantes (Atlas do Agronegócio, 2018).

A presença de transnacionais aparece na grilagem de terras identificando 1.692 propriedades rurais sobrepostas a 213 terras indígenas homologadas ou em fase de homologação pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (*Relatório De Olho nos Rura-*

32 O Cerrado tem 178 milhões de hectares como propriedade privada e 7% de sua área protegida. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) indicam a perda, entre 2000 e 2015, de cobertura vegetal no Cerrado de 236 mil km². Só de pastagens na pecuária passou para 90 milhões de hectares. Outro bioma sob ameaça é a Caatinga: 93,2% das terras correspondem a propriedades privadas, com apenas 2% do bioma protegido.

33 O tamanho médio dos imóveis rurais é de 339 hectares diante de uma média nacional de 79 hectares. Grande parte da expansão ocorreu sobre o território conhecido como Matopiba, área de 400 mil km², que responde por 45% das emissões de gases de efeito estufa do Cerrado. A disputa por terras mais baratas para exploração agrícola tem intensificado os conflitos fundiários: em 2016, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 505 conflitos nessa região, afetando 236 mil pessoas.

listas), a indicar conexões políticas e corporativas que chegam a personalidades centrais do capitalismo brasileiro e global a demonstrar que a globalização econômica, ao concentrar terras e capital, exclui a população e nega seus direitos humanos (Castilho, 2023).

A agricultura, a produção de alimentos e a fome avocam, necessariamente, a questão fundiária, e que “nenhum fator é mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que a sua estrutura agrária feudal, com um regime inadequado de propriedade, com relações de trabalho socialmente superadas e com a não utilização da riqueza potencial dos solos” (Castro, 1984, p. 289).

Na prática, os movimentos pela reforma agrária constituem um resgate do princípio jurídico da função social da propriedade, forçando a União a abandonar a inércia e a omissão neste campo (Delgado; Flores, 1998, p. 32-33 *apud* Delgado, 2012). “A reforma agrária sempre é uma proposta para uma questão agrária declarada”, segundo Delgado (2023). Após a CF, a política enveredou pela vertente neoliberal,³⁴ e foi sendo enfraquecido o controle da função social da terra, entre os anos 1999 e 2010 sob a ostensiva grilagem de terras públicas (Delgado, 2012).³⁵ A questão ambiental acres-

34 Cf. Delgado, após a Constituição de 1988 havia três vertentes: herança do projeto de “modernização conservadora” do período militar; pressão neoliberal por desregulamentação, livre comércio e estado mínimo; e a da própria norma constitucional que recepcionou vários princípios de política agrária contidos no Estatuto da Terra, ignorados na época pelo regime militar.

35 Ocorreu a legalização desses processos mediante emissão de sucessivas MPs, sendo a principal delas a MP n. 458/2008, que autoriza a entrega de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal a ocupantes e prováveis grileiros. Faltava atualizar os índices de produtividade desde 1975, prevista na lei agrária que regulamenta os art. 184 a 186 da Constituição Federal (função social), um sintoma da flexibilização da política fundiária federal, submetida às estratégias da bancada ruralista no

centa impulso à reforma agrária além da agricultura, com os custos sociais da degradação do trabalho e do meio ambiente, da expansão agrícola, desmatamentos e o Brasil como 6º país emissor de CO₂ (Delgado, 2010); no contexto de destruição dos ecossistemas e de apropriação crescente dos recursos naturais promovidas pelos setores econômicos e políticos dominantes, enquanto aos sem-terra são oferecidas terras marginais (Leroy, 2001).

Em questão judicial sobre terras devolutas, importante decisão foi tomada no STF na ADI 5623/DI³⁶ pela ministra Cármen Lúcia, relatora, com transcrição de sua parte final:

Por unanimidade, julgar parcialmente procedente a ação direta de inconstitucionalidade para atribuir interpretação conforme à Constituição aos artigos. 1º, 2º e 3º da Lei n. 13.178/2015, fixando-se como condição para a ratificação de registros imobiliários, além dos requisitos formais previstos naquele diploma, que os respectivos imóveis rurais se submetam à política agrícola e ao plano nacional de reforma agrária previstos no art. 188 da Constituição da República e dos demais dispositivos constitucionais que protegem os bens imóveis que atendam a sua função social (inc. XXIII do art. 5º., caput e inc. III do art. 170, art. 186 da Constituição do Brasil), nos termos do voto da Relatora. Sessão Virtual de 18.11.2022 a 25.11.2022.

Congresso de captura da riqueza fundiária.

36“Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei n. 13.178/2015. Ratificação pela união de registros imobiliários decorrentes de títulos expedidos pelos Estados de alienação e concessão de terras devolutas situadas nas faixas de fronteira. Necessidade de observância à Política Agrícola e ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Art. 188 da Constituição da República. Função social da propriedade. Ação Direta julgada parcialmente procedente para se atribuir interpretação conforme à constituição aos arts. 1º, 2º e 3º da lei n. 13.178/2015”.

A decisão transcende a aplicação para as terras de fronteiras, origem do pedido, pois alcança todas as terras devolutas, com possibilidade de novos pedidos a partir do juizado de primeiro grau sobre concessão de terras em contrariedade à decisão do STF.³⁷

Outra abordagem para impulsionar a reforma agrária, relativa à função social da terra³⁸ (ou da propriedade rural), envolve a questão socioambiental *versus* a produtividade. Apesar de haver previsão constitucional (*caput* art. 184 e art. 5º, inc. XXIV) para desapropriar, por interesse social para fins de reforma agrária, do imóvel rural que não cumprir sua função social, vem prevalecendo a tendência de interpretar que a condição de produtividade (art. 185, II, CF) impede essa desapropriação. No entanto existe uma corrente favorável crescente em favor da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária de propriedade rural cuja produtividade não resultar do cumprimento da função socioambiental.³⁹ A sustentabilidade no conceito de função social permite sua aplicação real, afastando dela um elemento “simbólico”

37 Já foi utilizada contra a Lei Estadual nº 17.557/2022, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Regularização de Terras, permitindo a regularização fundiária no Estado de São Paulo e, em especial, no Pontal do Paranapanema, concedendo áreas públicas no ESP para iniciativa privada. O Partido dos Trabalhadores entrou com a ADI nº 7.326 e invocou a decisão da ADI 5623/2016 “na conformidade da constituição para qualquer mudança de titularidade de terras públicas”. A manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras, foi pela inconstitucionalidade da lei paulista. A relatora é a ministra Cármen Lúcia e será julgada pelo Pleno do Supremo.

38 Uso o termo “terra”, por caracterizar melhor o significado de “solo de utilidade” para a agricultura.

39 Essa corrente é acompanhada pelos autores e autoras seguintes: Carlos Marés de Souza Filho, Guilherme Purvin de Figueiredo, Álvaro Valery Mirra, Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Gustavo Tepedino e Anderson Schreiber; Marcos Prado de Albuquerque; Elisabete Maniglia; Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Andrea Leite Ribeiro de Oliveira e Tarso de Melo (*cf.* Trentini; Rosim, 2016).

atribuído indevidamente por interesses econômicos (Pedrosa; Borges, 2017).

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar passou para a pauta governamental a partir da década de 1990 com a Lei nº 11.326/2006 (alterada pela Lei nº 12.512/2011), que traz as diretrizes básicas para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (Atlas, 2020). Essa agricultura⁴⁰ possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, sendo produtor de grande parte do alimento destinado ao consumo humano no Brasil e, segundo a FAO, colabora no combate à insegurança alimentar. Dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 indicam que esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no país e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ele vinculadas, no campo ou na cidade (Atlas, 2020).⁴¹

A agricultura familiar representa uma importante estratégia para alcançar o desenvolvimento sus-

40 É considerado agricultor ou agricultora familiar quem cumprir simultaneamente os seguintes critérios: a) possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; b) utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; c) auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; d) gestão do estabelecimento ou do empreendimento ser estritamente familiar (Lei ordinária 11.326/2006, alterada pela Lei nº 12.512/2011).

41 Do total de estabelecimentos agropecuários e aqüicultores nacionais (5.073.324), 76,8% são de agricultura familiar (3.897.408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias; destes 1,4% são produtores sem área. Em 2017, a agricultura familiar dava ocupação a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias, sendo que entre os produtores de agricultura familiar 81,0% são proprietários das terras.

tentável. Sustentabilidade e a segurança alimentar são conceitos multidimensionais, onde se cruzam as dimensões socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais, que levam ao desenvolvimento sustentável, que propõe o crescimento econômico e social baseado na utilização consciente dos recursos naturais, com preferência para o uso de recursos renováveis, e na valorização da cultura. Além do acesso ao alimento, a segurança alimentar abrange a sustentabilidade inter-setorial. É preciso que o Estado viabilize, aos produtores familiares, a assistência técnica para implantação de um sistema agroecológico e incentivos para que a agricultura familiar conquiste espaço no mercado (Benites; Trentini, 2019).

É questionada na agricultura industrial/empresarial a lógica da monocultura em oposição a uma agricultura que, embora priorizando determinadas culturas, trabalha com um conjunto diversificado e complementar: culturas perenes; culturas temporárias, em combinação, com rotatividade; pequenos animais; criação de gado; pomar, horta; bosque para uso da madeira (utilidades na área); reserva florestal (com manejo para sua conservação, não se tratando de área de preservação permanente). Esse sistema é menos sensível às variações de preços e permite a conservação dinâmica das sementes e matrizes rústicas (“crioulas”), que preserva o solo e os recursos hídricos, entre outros, garante melhor a segurança alimentar de todos e contribui para manter a riqueza do território (Leroy, 2001).

Informações prestadas pelo Banco Central revelam que, desde 2016, de R\$ 402,7 bilhões de crédito rural apenas R\$ 39 milhões foram destinados à agroecologia e à agricultura familiar⁴², representando apenas 9,7%.
42 Programas de Agroecologia e Produtivo Orientado, do Programa de

São programas criados para estimular a produção no campo sem agrotóxicos e representam 0,01% do total de desembolsos concedidos ao setor rural (Lorenzi, 2018).

Para impulsionar a agricultura familiar na produção de alimentos, o Plano Safra 2023/2024 traz boas novas. Os produtores que investirem em alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca, tomate, leite e ovos, entre outros, terão uma redução de 5% para 4% nas taxas de juros sobre os recursos que contratarem (Agência Brasil, 2023). Trata-se de um investimento para a base da sociedade, os verdadeiros produtores, a agricultura familiar como fator multiplicador (Dowbor, vídeo Reels).⁴³ Estes recursos para a agricultura familiar correspondem a 21% dos recursos anunciados para o agronegócio, aumento significativo em comparação com os 9,7% referidos de 2016. Existe a necessidade, porém, de diminuir esta diferença para favorecer a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agricultura sustentável pode ser aferida com base na CF, em seus princípios e normas, ao considerar a dignidade da pessoa, a cidadania, a função social

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e Sistemas Orgânicos, do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

43 O Plano Safra da agricultura empresarial terá recursos totais de R\$ 364,2 bilhões e o Plano Safra 2023/2024 para a agricultura familiar (Pronaf), em vigor a partir de 01/07/2023, contará com R\$ 71,6 bilhões de crédito rural no total, 34% mais que no período anterior. Outros R\$ 6,1 bilhões irão sustentar ações (compras públicas, assistência técnica e extensão rural). Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, os agricultores familiares optantes por práticas sustentáveis, orgânicos, produtos da sociobiodiversidade, bioeconomia ou agroecologia terão ainda desconto nos juros, 3%/ano nas linhas de custeio e 4% nas de investimento.

da propriedade rural e a utilização adequada do solo. Também pode ser aferida ao considerar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o fomento à produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar, a defesa do solo e dos recursos naturais, com perspectiva na busca dos objetivos do Estado Democrático de Direito: erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional.

Foi dado a entender pelos dados levantados a falácia do argumento de que o agronegócio sustenta o país com as exportações. Pelo contrário, o agronegócio é fortemente subsidiado pelo governo, tem incentivos nas linhas de crédito, nas pesquisas, sendo que os agrotóxicos, que são a base do agronegócio, têm desoneração em tributos, impactando os cofres públicos. Algumas das externalidades negativas do modelo do agronegócio integrado ao sistema alimentar globalizado são: a) insegurança alimentar, por não suprir a fome; b) exclusão da terra dos trabalhadores do campo; c) privatização de extensas áreas do território nacional por grupos e corporações, nacionais ou internacionais; d) redução da variedade de produtos produzidos para alimentos, eliminando culturas; e) desterritorialização dos produtos, distanciando as necessidades da população onde são produzidos dos interesses dos intermediários e investidores nas bolsas de valores; f) perda da biodiversidade com a monocultura, com o uso intensivo de agrotóxicos e com o avanço da fronteira agrícola; g) contaminação, pelos agrotóxicos, de pessoas em graus diversos, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e do solo, impactos maiores pela deriva com a pulverização aérea, por avião ou por *drone*; h) desmatamentos e avanço sobre terras de povos origi-

nários e sobre terras devolutas, cuja destinação seria a reforma agrária; i) responsável pelo aumento da emissão de gases de efeito estufa; j) círculo viciosos entre o impacto nas mudanças climáticas e do efeito das mudanças climáticas sobre a agricultura.

De modo geral, o agronegócio não apresenta os decantados benefícios que a imprensa corporativa e a bancada política envolvida alardeiam. Primavesi (1997) considera a agricultura “convencional” do agronegócio um sistema insustentável, sob o aspecto social, econômico, ecológico e injusto, porque expulsou os agricultores de suas terras, destrói os solos, as florestas, os rios e porque contribui para o desaparecimento da água potável em nosso planeta, lançando os países em desenvolvimento na maior miséria para que os países desenvolvidos pudessem viver na opulência (Primavesi, 1997).

A competitividade e a vulnerabilidade são as duas faces da agricultura científica globalizada. O aprofundamento da especialização regional produtiva, característica *sine qua non* do atual paradigma agrícola, possibilita uma inserção competitiva das regiões no mercado internacional e cria uma maior vulnerabilidade. Isso porque as decisões políticas e a volatilidade dos preços no jogo do mercado internacional são estranhas aos lugares da produção propriamente dita (Frederico, 2012). Por isso, as regiões ocupadas por esta agricultura de “modernização globalizadora” funcionam sob um regime obediente a lógicas externas em relação à área de produção, criando lógicas internas aos setores e às empresas locais interligadas e “de um ponto de vista nacional, redefine-se uma diversidade regional que agora não é controlada nem controlável,

seja pela sociedade local, seja pela sociedade nacional, subordinada ao impulso externo da competitividade globalizadora” (Santos, 2000, p. 93-94). Esse complexo monolítico da produção de grãos é inflexível para se readaptar e reagir a mudanças bruscas do interesse do mercado internacional, gerando crises, que farão o segmento recorrer ao governo por mais auxílio para se equilibrar.

Para alcançar a sustentabilidade, a agricultura deve retomar sua tendência da qual foi afastada 60 anos atrás sem transparência nas decisões e sem participação social pela imposição do modelo da agricultura para exportação. O subdesenvolvimento foi acentuado ao priorizar a agricultura de exportação *in natura* em detrimento do fortalecimento da agricultura para priorizar o abastecimento interno de alimentos e estimular o parque industrial nacional cuja produção parcial poderia ser exportada agregando mais valia para equilibrar as divisas das trocas internacionais. Agregasse a submissão à globalização econômica, em sua fase mais intensa, com a integração da política agrícola do Brasil ao sistema alimentar globalizado, onde o alimento passou a ser *commodity* e não um direito humano. Estão presentes ambos os fenômenos: o Brasil como país subdesenvolvido e país colonizado.

Nas palavras de Josué de Castro: “Não é só a infraestrutura agrária que está superada, mas também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome. Tudo isto tem que ser revisto” (Castro, 1984, p. 288). Esta defasagem caracteriza nosso subdesenvolvimento, a que estamos submetidos como produto do desenvol-

vimento de outros países e da exploração econômica de grandes grupos corporativos assim como nossa colonização, em que conceitos e perspectivas são nos impostos como grupos subalternizados.

O mesmo processo ideológico que justifica o processo de globalização e faz sua aceitação como o único caminho histórico acaba por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos (SANTOS, 2000). A sujeição ao sistema alimentar globalizado, o uso intensivo de agrotóxicos, o agronegócio como solução do país são elementos dessa colonização a ser enfrentada.

A pauta da reforma agrária deve ser revigorada com a proposta de que a terra deve cumprir uma função socioambiental diante das mudanças climáticas, do cumprimento dos compromissos em tratados e convenções internacionais e atender a regra de antidesmatamento da União Europeia e aplicar os princípios constitucionais da atividade econômica, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

É essencial criar linhas de crédito, fortalecimento das pesquisas e políticas públicas para promover a agricultura familiar, a agricultura orgânica, a transição para a agroecologia, e outras formas de agricultura sustentável, buscando zerar a fome com uma política de abastecimento de alimentos oriundos de uma agricultura genuína, saudável e respeitosa da biosfera e integrada com a necessária logística de distribuição. Esta forma de produção agrícola valoriza um sistema de alimentos cuja produção respeita a cultura local, livre da dependência dos agrotóxicos e dos interesses do *trading* do comércio internacional, e tem sua distribuição e seu consumo no espaço real e físico, com reconheci-

mento das pessoas em seu contexto social.

A noção da agricultura sob o desenvolvimento sustentável dialoga com o chamado pós-desenvolvimento, englobando o decrescimento (*degrowth*)⁴⁴, a desglobalização e mais outras novas propostas que ressurgem de princípios de povos ancestrais, especialmente do Sul global. Para Scarano (2019), a parceria entre vários atores, correspondendo ao ODS.17, atenderia ao desafio de uma parceria verdadeira, global, para produzir ideias, objetivos e soluções.

É necessário mudar a atual situação, validando as palavras de Josué de Castro:

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (Castro, 1984, p. 21).

Em síntese, isto significa adotar um paradigma de agricultura sustentável, que valorize a biodiversidade, o meio ambiente, o acesso à terra e a rica diversidade de culturas alimentares, com ações direcionadas para estimular a produção para o mercado interno, garantir a segurança alimentar e permitir a exportação do excedente da produção agrícola. Trata-se de um trabalho de convencimento e de construção coletiva, porém necessário também para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

44 O “decrescimento” tem a ideia de que a distribuição justa dos recursos econômicos atuais, muito concentrada, é uma forma mais sustentável do que crescer de forma desigual e às custas da natureza.

Finalizando, as palavras de Walden Bello servem para ilustrar as dificuldades a serem enfrentadas para a mudança do paradigma e que requerem convicção e atuação firme da participação popular:

Mas um novo paradigma não nasce perfeito. O que lhe dá impulso são as crises irreversíveis do velho paradigma e a convicção de uma massa crítica de pessoas que é a única maneira de superar os problemas do antigo sistema e abrir novas possibilidades para o cumprimento dos valores que as pessoas defendem. Tal como acontece com qualquer nova forma de organização das relações sociais, as perguntas não respondidas só podem ser respondidas e as ambiguidades e contradições só podem ser resolvidas através da prática, uma vez que a prática sempre foi a mãe das possibilidades⁴⁵ (Bello, 2020, p. 10).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. São Paulo: Editora, 2022.

AGÊNCIA BRASIL. *Agricultura familiar terá juros mais baixos para produção de alimentos: Crédito rural terá R\$ 71,6 bilhões no âmbito do Pronaf*. 28/06/2023.

AGÊNCIA IBGE Notícias. Editoria: Estatísticas Econômicas: CABRAL, Umberlândia. *Contas Econômicas Ambientais: “Em 2020, para cada R\$ 1,00 gerado pela economia foram consumidos 6,2 litros de água”*. 2/6/2023.

45 No original em inglês: “But a new paradigm is not born perfect. What gives it its momentum are the irreversible crises of the old paradigm and the conviction of a critical mass of people that it is the only way to surmount the problems of the old system and open up new possibilities for the fulfilment of values that people hold dear. As with any new form of organizing social relationships, the unanswered questions can only be answered and the ambiguities and contradictions can only be ironed out through practice, since practice has always been the mother of possibilities.”

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

ATLAS do Espaço Rural Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espacorural-brasileiro.html?=&t=acesso-ao-produto>.

BELLO, Walden. *Never Let a Good Crisis Go to Waste*. Amsterdã: TNI, 2020.

BENITES, Renata Guinato; TRENTINI, Flávia. Agricultura familiar sustentável: entre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, Belém, v. 5, n. 2, p. 01-19, Jul/Dez. 2019.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017, rev. 2019.

CASTILHO, Alceu Luís *et al.* Os invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. *De Olho nos Ruralistas*, abril de 2023. Observatório do Agronegócio no Brasil. Sumário Executivo.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHATHAM HOUSE. Food system impacts on biodiversity loss: three levers for food system transformation in support of nature. *Research Paper*, 3 February 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/publication>

DECLARAÇÃO da resposta autônoma dos povos à cúpula da ONU sobre sistemas alimentares+2", 20/07/2023. Disponível em: <https://foodsystems4people.org/>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948].

DELGADO, Guilherme Costa. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Revista UFRJ*, v. 1, n. 2, p. 111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010. Disponível em: <https://revis->

tas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31914/18073

DELGADO, Guilherme Costa. *Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana*. São Paulo: Elefante, 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. *Vídeo (reels), áudio original*, 04/07/23.

DELGADO, Guilherme Costa. *Vídeo: Arte, Ciência, Ética e a Reforma Agrária, mediação: Katia Marko e Leonardo Melgarejo, Brasil de Fato RS*, 20/07/2023.

DOWBOR, Ladislau. *Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana*. São Paulo: Elefante, 2022.

FREDERICO, Samuel. "Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil". *Confins*, 17, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em: 26 ago. 2023.

GONÇALVES, José Sidnei. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

KOTHARI, Miloon. ONU. *Informe del Relator Especial sobre la vivienda adecuada*. Consejo de Derechos Humanos. Promoción y protección de todos los derechos humanos, civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, incluido el derecho al desarrollo. A/HRC/7/16. ONU. 13 feb. 2008, p. 20-21. Disponível em: <http://www.acnur.org>

LEROY, Jean-Pierre. Por uma reforma agrária sustentável: a primeira página do Gênesis a escrever. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES-FERREIRA, Monica *et al.* Critical analysis of the extensive aerial application of pesticides and its implications for human health. *Journal of Environmental Science and Public Health*, 7, 2023, p. 31-36.

LORENZI, Sabrina. Sistema financeiro estimula consumo de agrotóxicos no Brasil. *Agência Nossa*, 17/07/2018. Disponível em: <https://agencianossa.com/2018/07/17>.

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023.

MURPHY, Sophia *et al.* Cereal Secrets: The World's Largest Grain Traders and Global Agriculture". *Relatório Oxfam*, ago.2012.

NIRANJAN, Ajit. "Era of Global Boiling Has Arrived," says UN chief as July set to be hottest month on record. *The Guardian*, 27/07/2023.

OLIVEIRA, Ana Fernanda Inocente. Por uma sociologia da fome: um estudo sobre as contribuições do pensamento de Josué de Castro. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 7, n. 1, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: *Anais do 12º Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá, 7-11 mar. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>.

PEDROSA, Laurício Alves Carvalho; BORGES, Roxana Brasileiro. Sustentabilidade como elemento da função social da propriedade. Brasília: *Revista Jurídica da Presidência*, v. 19 n. 118 jun./set. 2017 p. 330-351.

POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis – PPGICH UFSC*, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004.

PRIMAVESI, Ana. *Agroecologia: ecossfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Livraria Nobel. 1997.

RPA NEWS. 7/6/2023. Disponível em: <https://revistarp-news.com.br/stf-suspende-liberacao-tacita-de-agrotoxicos-e-fertilizantes>.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SAWAYA, Rubens. Furtado: um sonho desfeito. In: LACERDA, Antônio Corrêa de. (Org.) *Celso Furtado 100 anos de pensa-*

mento e ação. São Paulo: Contracorrente, 2020.

SCARANO, Fabio. Contradições nas raízes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 9 de junho de 2019. *Comciencia*, SBPC, Entrevista de Paula Drummond de Castro.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. *Rev. Saúde Pública*, 46, 2, p. 209-217, abr. 2012.

TRENTINI, Flavia; ROSIM, Danielle Zoega. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e a propriedade produtiva: uma perspectiva jurisprudencial. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, Brasília, 2016, v. 2, n. 1, Jan/Jun.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM (2021) Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies. Nairobi. <https://www.unep.org/resources/making-peace-nature>

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima



Marie Madeleine Hutyra de Paula Lima. Advogada, graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciências (Patologia Social) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Direito (Direito do Estado, Direito Constitucional) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), auditora fiscal tributária aposentada da Secretaria das Finanças do Município de São Paulo. Associada do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP). Membro do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos. Militante de movimentos da sociedade civil na defesa socioambiental. Homenageada pela Associação dos Pesquisadores Científicos (APqC) com a medalha Alba Lavras em 2022 pela atuação na área da ciência. Foi advogada concursada (celetista) na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo no período 1996-2003. Autora de vários ensaios publicados nas mídias Revista PUB – Diálogos Interdisciplinares, Outras Palavras, Instituto Humanitas Unisinos – IHU e Revista de Direito e Política.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montaño
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos



- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élica Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günther Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas



- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montañó
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmam
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leister
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins



- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D’Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odello Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa

- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati



- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Avesso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho

 UNISINOS